



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

**PROCESSO nº 23005.00524/2015-41**

**DECISÃO DO PREGOEIRO**

Vistos e examinados.

Trata-se de nova impugnação tempestiva movida pela empresa OI S/A, CNPJ 76.535.764/0001-43, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 48/2015, cujo objeto gira em torno da contratação de empresa para o fornecimento dos serviços de Telefonia Fixa Comutada (fixo-fixo, fixo-móvel, local e longa distância).

**1 - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.**

A impugnação em questão foi apresentada através de e-mail na data de 20.08.2015, considerando que o Pregão Eletrônico estava agendado para o dia 26.08.2015, constatando-se assim que o requerimento fora apresentado dentro do prazo legal.

A impugnação apresentada pelo requerente foi juntada aos autos, e divulgada em resumo (devido à limitação de caracteres) em campo próprio disponível no site comprasgovernamentais e em interior teor na página da UFGD, no campo destinado as divulgação das licitações deste órgão.

**2 - DOS ITENS IMPUGANDOS PELO REQUERENTE**

A impugnação apresentada pela empresa OI, em 8 dos 9 pontos, refere-se a assunto já tratados na impugnação anterior, a qual foi devidamente analisada, com a decisão devidamente publicada, e encaminhada por e-mail ao impugnante.

De novo, sem sabermos o porquê não impugnou tais itens quando da primeira manifestação, a empresa questiona que:

**9. Dos Itens Técnicos**

**9.1. Do item 11.8 do Termo de Referência.**

**9.2. Modelo de Gestão de Contrato.**

**9.3. Do Item 14 – Da Implementação dos Serviços**

Insta informa ainda, quando da analisa da primeira impugnação, este pregoeiro solicitou auxílio da Procuradoria Jurídica junto a UFGD nos pontos onde havia dúvida.

Os itens a seguir constam como já decididos e a empresa não acrescentou nada que motivasse alterações, para os itens a seguir:

**1 - DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO, UMA VEZ QUE O EDITAL NÃO TRATA ESPECIFICADAMENTE DESTES TEMAS.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**

**Posição do Pregoeiro:** Analisando os fatos apresentados pela empresa, este pregoeiro entende que, ainda que não conste tal vedação expressa no edital, a presente licitação não deve permitir a participação de empresas em sistema de consórcio, pois como mencionado pela impugnante à decisão de permitir ou vedar a participação de empresas neste modelo é discricionária.

E baseando-se no tipo de objeto, e na característica peculiar deste, percebe-se que, no caso dos autos, adoção da possibilidade de consórcio não iria ampliar a competitividade, pois, como já bem citado pelo requerente, os serviços de telefonia Brasil, são explorados por um número reduzido de empresas, assim, já se tratando de um segmento onde a concorrência já é reduzida, permitir que empresas possam ser associar diminuindo ainda mais a possibilidade de concorrência seria uma decisão temerária.

E por se tratar de um mercado com pouca concorrência, que o TCU, já teria se manifestado que o impedimento de participação de empresas em consórcio não traria prejuízos ao certame.

*“66. Com relação ao argumento de que aceitar a participação de consórcios poderia restringir a competitividade do certame, existe a necessidade de algumas considerações. Tal situação poderia ser aventada para contextos especialíssimos em que o objeto da licitação constitua serviço peculiar, a ponto de poucas empresas no mercado serem tecnicamente aptas a executá-lo. Nessa situação, o universo de competidores é bastante reduzido, havendo a possibilidade de as poucas empresas passíveis de concorrerem entre si se consorciarem, o que acarretaria prejuízo ao caráter competitivo da licitação (...).*

...  
*86. No entanto, a vedação à participação de consórcio no certame merece consideração em separado. Dados a correção de todas as demais falhas apontadas pelo TCU, o caráter discricionário da decisão de permitir ou vedar consórcios, desde que justificado, e a impossibilidade de se afirmar, no presente caso concreto, quais das duas soluções atendem de maneira mais intensa o interesse público primário da Administração, conclui-se não ser possível classificar a opção do MI, em vedar a participação de consórcio no Edital de Concorrência 12011/2011-MI, como um ato antijurídico, passível de ensejar a intervenção do órgão de controle, no sentido de determinar a correção do ato questionado”. (Acórdão 1165/2012, Plenário TCU)*

Quanto à participação de empresas em consórcio, há que se ponderar ainda, que no caso em tela, não há complexibilidade técnica que justificasse a possibilidade de contratação de empresas em consórcio. Pesa contra, a permissão de consórcio também o baixo valor total estimado para esta licitação (considerando o tipo de serviço e o porte das empresas que prestam os serviços de telefonia no país), e o fato de que o objeto foi dividido em lotes.

Neste item, o Procurador manifestou-se, no seguinte sentido:

*“7. (...) o contexto do edital indica claramente que não está permitida a participação de licitantes sob essa roupagem. Primeiro, porque o que se extrai do*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

*artigo 33, caput, da Lei 8.666/93 é no sentido de que a participação por meio de consórcio, para ser viável, deveria ser permitida, o que não foi no caso presente.*

...

*8. Já está, portanto, vedada a participação sob esse formato.*

...

*11. Acordo, pois, no ponto, com o entendimento do pregoeiro."*

Assim, temos que a ausência da previsão em edital já é uma clara vedação a participação de empresas mediante consórcio, e que para o caso em questão não há que se modificar tal posicionamento, concluindo que a apresentação da impugnante neste ponto **NÃO MERECE PROVIMENTO**, fazendo apenas constar de maneira expressa tal vedação, como recomendou a Procuradoria Jurídica.

**2 – MODIFICAÇÃO DO EDITAL EM RELAÇÃO A VEDAÇÃO CONTIDA NO ITEM 7.6 DO EDITAL:**

*"7.6. empresa cujos sócios, dirigentes ou funcionários sejam servidores da UFGD."*

Neste ponto a empresa alega que por se tratar de sociedade aberta, possuindo um considerado número de acionistas, não seria possível obter informações específicas (com por ex. local de trabalho) de todos estes acionistas, apresentando outros argumentos requerendo por fim que tal impedido seja removido da minuta do edital.

Neste ponto, requerido o auxílio da Procuradoria Jurídica, esta veio a esclarecer o âmbito do impedimento previsto em edital.

Conforme, bem explicitado em seu parecer, a vedação refere-se tão somente a sócios, dirigentes ou funcionários. Segundo o consta no parecer "há diferença entre sócio, que é figura das sociedades de pessoas, e acionista, que é uma figura encontrada nas sociedades de capitais e cujo titular não tem qualquer poder de mando na corporação".

Assim, o que o edital vem a vedar é a participação de empresas onde eventuais servidores da UFGD possam figurar com sócios, dirigentes ou funcionários com poder de decisão direta na empresa, e não quando, participante acionário comum detentor de títulos que qualquer cidadão poderia ter.

Portanto, verifica-se que o requerido pela empresa **NÃO MERECE PROVIMENTO**, pois ainda que a empresa possua acionistas que venham a serem servidores públicos vinculados a UFGD, tal situação não seria caso de impedimento, caso estes não sejam detentores de cargos de direção com poder de decisão dentro da empresa.

**3 – EXIGÊNCIA ABUSIVA – ITEM 70.1 EDITAL E ITEM 3.1 MINUTA DO CONTRATO.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

A empresa alega que tal impedido seria abusiva, e que não possuiria finalidade correlata à execução do objeto. Apresenta novamente argumentos relacionados às características do mercado de telefonia, citando ainda disposições da Lei 8.666/93, inciso I do § 1º do Art. 3, para dizer que a administração estaria vedada de incluir no edital, cláusulas que possam restringir a competitividade, requerendo a exclusão de tais vedações.

**Posição do Pregoeiro:** A situação, em questão assemelha-se, a vedação de participação de empresas que possuem em seu quadro servidores da contrata. Se a doutrina e jurisprudência já vedam a participação de empresas que possuam em seu quadro servidores públicos do órgão contratante, outro não poderia ser o entendimento, de que a contratação de servidores públicos do quadro da contratante para executar serviços no contrato existentes entre as partes, situação até mesmo de maior gravidade. Pois considerando a possibilidade da empresa contratar o servidor público pertencente ao quadro órgão contratante, para atuar mediante os interesses da contratada, há que se imaginar que estaríamos diante de claro conflito de interesses, o que efetivamente atentaria contra ao princípio da moralidade.

Inclusive esse seria o entendimento do administrativista Marçal Justin Filho:

*"8) Impedimento do Servidor e o Princípio da Moralidade*

*(...) Essa vedação reporta-se ao princípio da moralidade, sendo necessário pressuposto da lisura da licitação e contratação administrativas.*

*(...) Sustentava-se a ausência de impedimento se o servidor público não dispusesse de condições de interferir sobre o destino da licitação. O raciocínio foi rejeitado mediante a afirmação que o deslinde da questão "não passa pela avaliação de saber se os servidores ... detinham ou não informações privilegiadas .. basta que o interessado seja servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante para que este seja impedido de participar, direta ou indiretamente, de licitação por ele realizada"*

Perceba-se, portanto, que não importa o grau de atuação do servidor, para que a sua presença em quadro da empresa, seja motivo suficiente para proibir a contratação da empresa com o órgão a qual pertence o servidor. E se, existe o impedimento de participar da licitação, é claro que está vedação permanecesse em relação à execução dos serviços.

Além, do mais, tal vedação não seria abusiva como menciona a empresa, pois a vedação é de que a empresa contrata servidores da contratante para atuarem no objeto do contrato firmado entre as partes, ou seja, é plenamente possível que a empresa possa contratar servidores do quadro da UFGD, por exemplo, desde que estes não atuem no contrato firmado entre UFGD e a empresa licitante, é que o expressa o item 70.1 "a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da UFGD para a **execução do contrato decorrente deste Pregão**".

Este também foi o posicionado do Procurador em sua análise.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

Portanto, constata-se que o requerimento em questão NÃO MERECE PROVIMENTO, visto que tal situação não atenta contra qualquer disposição legal, não havendo motivo para a supressão desta condição.

**4 – RETENÇÃO DO PAGAMENTO PELA CONTRATANTE – ITEM 74 DO EDITAL E CLÁUSULAS 10ª ITEM 4.3 E 11ª ITEM 4 DA MINUTA DE CONTRATO.**

Nesta seção, a empresa questiona as disposições do edital relacionadas ao pagamento dos serviços, onde consta que o mesmo somente será executado caso a empresa esteja regular com as condições de habilitação (CNDT, Receita Federal, Estadual e Municipal e outros encargos). Comparando tais situações como forma de sanção, a qual não teria previsão na Lei 8.666/93, para tanto cita o art. 87 desta norma. Também cita posição do TCU informando que a perda de regularidade fiscal não autorizaria a retenção de pagamento por serviços já prestados. Requerendo, portanto a exclusão destas normas do edital.

Neste ponto, a Procuradoria Jurídica, manifestou pela procedência, citando inclusive posicionamento do STJ a respeito. Confirmando que ocorrendo da empresa não manter as condições de habilitação durante a execução do contrato, não autorizam a retenção de pagamentos devidos em relação a serviços que já tenham sido executados.

Recomendando a modificação do edital em relação aos itens 74 da minuta do edital e ao item 2 da cláusula décima primeira da minuta do contrato, as quais foram prontamente atendidas por este pregoeiro.

Neste ponto, insta mencionar que tal reclamação fora considerada procedente, o edital em questão foi modificado antes de ser republicado, não havendo mais previsão de não pagamento caso os serviços prestados estejam de acordo com o requisitado, ou seja, os serviços tenham sido executados e atestados pelo fiscal, assim, o pagamento por serviços prestados independe de a empresa estar em dia com as condições de habilitação, ainda que a empresa esteja inadimplente com suas obrigações fiscais, caso tenha prestados os serviços de maneira satisfatória, o pagamento será executado.

A única ressalva em questão, é que o pagamento não será feito, caso os serviços deixem de ser executado da maneira prevista no contrato, o que nada mais é do que a regra básica de uma boa relação comercial.

A redação do item 74, foi modificada, passando a prever que o pagamento está condicionado a consultas prévias, mas o texto não prevê que o pagamento não será realizado, a necessidade de consulta tem como único objetivo constar se a empresa mantém as condições para continuar prestando os serviços.

A consulta prevista no item 74, não refere-se a autorizar o pagamento, pois como bem dito pela empresa, e já deferido em edital, e respaldado pela Procuradoria,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

estando executados os serviços contratos, e tendo esse sido executado dentro dos parâmetros mínimos contratados, o pagamento é devido a empresa, qualquer que seja a condição de regularidade desta.

Porém, há que se fazer lembrar, a não manutenção das condições de habilitação é motivo suficiente para rescisão do contrato.

Assim, já reconhecido que não há retenção de pagamento condicionado as condições de regularidade da empresa, não há mais o que modificar no edital em questão, restando agora, **NÃO MERECE PROVIMENTO.**

**5 – NÃO CONSTA REQUERIMENTO NÚMERADO;**

**6 – GARANTIA EM CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO – ITEM 76 EDITAL, E CLÁUSULA 11ª ITEM 6 DA MINUTA DO CONTRATO.**

Os respectivos itens tratam dos mecanismos de indenização caso a Administração incida em atraso no pagamento dos serviços, quando tal situação ocorre sem culpa do contratado.

Neste item pretende a requerente a modificação das cláusulas e da forma de indenização previstas no edital sejam modificadas para atender as suas pretensões, e para tanto sugere a utilização dos índices usualmente utilizados quando da prestação dos serviços para entes privados.

**Posição do Pregoeiro:** Neste ponto, este pregoeiro defende o fato de estarmos diante de clara situação de discricionariedade da administração em fixar condições e exigências nos contratos administrativos (contrato de adesão), estando a administração apenas vedada de utilizar cláusulas excessivas ou em desacordo com os ditames legais, o que se percebe não ser o caso.

Verifica-se ainda, que apesar de não haver menção direta na Lei 8.666/93, quanto ao tipo de mecanismo a ser utilizado para indenizar o contratado quando a administração incorrer em atraso de pagamento, constata-se que a IN 02/2008 da SLTI/MPOG, Ato Administrativo com plenos efeitos sob a Administração Pública Federal, reconheceu como legal a fórmula prevista no edital para atualização dos valores devidos quando a Administração incidir em atraso, vide § 4º Art. 30 da respectiva norma.

A Procuradoria Federal posicionou-se no mesmo sentido.

Assim, em que pese as alegações da requerente, de que a prática usual do mercado seria a aplicação de multa de 2% e juros mensais de 1%, esse não seria motivo suficiente para que a administração se dispusesse a alterar cláusulas contratuais para atender as demandas das empresas quando tais situações não comprometem a execução ou a qualidade dos serviços.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

Tal posicionamento encontra-se respaldado legal no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, e, portanto a pretensão da requerente **NÃO MERECE PROVIMENTO.**

**7 – DA PREVISÃO REFERENTE À SUPRESSÃO CONTRATUAL – ITEM 77.3  
EDITAL E ITEM 3 DA CLÁUSULA 13ª DA MINUTA DE CONTRATO.**

A requerente tem como pretensão, a supressão de cláusula prevista no edital, que determina que a empresa esteja obrigada a aceitar supressões na execução do objeto, mesmo quando estas forem superiores aos 25% previstos na Lei 8.666/93.

Para o presente caso, trazemos as ponderações promovidas pelo Procurador quando analisou a demanda:

*“Com efeito, considerando que a Administração não sabe se executará ou não a totalidade de estimativa prevista, não poderia adotar outra medida que não o contido nos referidos itens, o que se adequa, inclusive, com o regime de empreitada a ser adotado no futuro contrato, que é o regime de empreitada por preço unitário. É inviável, ademais, que a Administração aceite pagar por serviços que podem não ser prestados, pelo que não há correção nenhuma a fazer quanto ao ponto.”*

**Posição do Pregoeiro:** Acompanhando o posicionamento da Procuradoria verifica-se que não há motivos para alterar ou suprimir as disposições contidas no item 77.3 do edital, pois conforme bem citado, ao considerarmos que o contrato será executado mediante empreitada por preço unitário, onde a Administração efetivamente pagará apenas por aquilo que foi utilizado, onde, o contratado não assume riscos em relação a demais itens dos serviços, diferente do que acontece na empreitada global.

Há que se ponderar ainda que para o tipo de objeto em questão, serviços de telefonia, a variação de consumo é razoável e inúmeros são os fatores que podem justificar um consumo abaixo do estimado, e não seria nada razoável ou mesmo moral, que a administração tivesse que pagar por serviços, no caso, ligações que não tenha realizado caso o uso durante o prazo de 12 meses venha a ser inferior a 75% do total estimado, pois a ausência de uso não gera ônus para a empresa, o que não justificaria o pagamento por algo não utilizado.

Portanto, temos que as pretensões de supressão quanto ao item 77.3 do edital **NÃO MERECE PROVIMENTO.**

**8 – DAS PENALIDADES EXCESSIVAS – ITEM 79 DO EDITAL.**

Neste item a requerente alega que o percentual de multa previsto no item 79 do edital (até 30%) extrapolaria o limite de 10% previsto no decreto 22.626/1933, citando também MP 2.172/01, e tendo alegando ainda que a Lei 8.666/93, apesar de prever em seu art. 87, a sanção de multa foi omissa em determinar um percentual. Requerendo a impugnante que tal índice seja revisto por não atender ao princípio da proporcionalidade.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

**Posição do Pregoeiro:** novamente verifica-se estarmos diante de situação onde, por não haver previsão exata na legislação, é permitida a atuação discricionária da Administração.

Contudo, há que se ponderar no presente caso dos autos, que a administração não generaliza as situações de penalidades, nem mesmo determina, que toda e qualquer multa que possa vir a ser aplicada a serem aplicadas sejam de 30% do valor do estimado para o contrato.

No respectivo item 79 do edital, consta que a multa poderá ser de até 30%, ou seja, tem-se que esse percentual poderá ser o máximo a ser aplicado. E ainda assim, não seria em qualquer situação que a este percentual possa ser aplicado, pois para tanto o edital limita tal possibilidade a ocorrência de fatos listados no item 78 do edital, limitando por tanto a possibilidade de aplicação de percentual máximo.

Corroboram para tal entendimento a existência do quadro determinando uma graduação específica para cada conduta danosa que o contrato possa vir a praticar durante a execução do contrato, vide cláusula 17ª da minuta de contrato.

Em relação à ao atendimento do princípio da proporcionalidade, percebe-se ainda, que o rol restritivo de situações onde a aplicação da sanção de multa possa chegar a 30% do valor estimado, é de situações extremamente graves, sendo em sua maioria situações previstas legalmente como crime, como nos casos de tentativa de fraude, uso de documento falso, ou fraude fiscal.

Portanto, temos que o requerimento da recorrente **NÃO MERECE PROVIMENTO**, uma vez que a fixação de um percentual máximo de até 30% para a sanção de multa prevista no item 79 do edital está em pleno acordo com os princípios da proporcionalidade.

## **DAS NOVIDADES APRESENTADAS**

### **9 – DOS ITENS TÉCNICOS:**

#### **9.1 – DO ITEM 11.8 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

*“11.08 – Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE corrigindo, no prazo máximo de 04 (quatro) horas após ser notificada, qualquer tipo de ocorrência que cause a **interrupção total na prestação dos serviços ou degradação na qualidade que impeça sua utilização**” (grifo nosso)*

Nesta seção, a impugnante questiona a disposição do edital que o prazo definido seria insuficiente para execução de reparos eventualmente necessários.

**Posição do Pregoeiro:** No caso em questão, tem-se que a Administração procura resguardar-se contra panes e problemas que venham a causar a **interrupção total dos serviços**, ou seja, o prazo em questão foi previsto para ocasiões extremas, e não para todo e qualquer tipo de problema. Pois nos casos omissos no edital vigorará as





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
COORDENADORIA DE COMPRAS**

condições previstas na legislação pertinente, visto que o edital já prevê em seu preâmbulo subsidiariedade da Resolução 426/2005 da Anatel.

Além do mais se faz necessário trazer a tona que no contrato vigente, executado inclusive pela empresa ora impugnante, o prazo previsto para o atendimento destes serviços é de 02 (duas) horas, ou seja, percebe-se que a empresa executa tal item em prazo até inferior ao agora previsto em edital.

Assim, firmado o entendimento, e levado ao conhecimento da empresa que o prazo previsto no item 11.08, refere-se apenas a eventuais situações de interrupções total da prestação dos serviços, e que as demais ocorrências seguirão os prazos previstos na legislação pertinente, tem-se que para o presente caso não se vislumbra a necessidade de promover ajustes na minuta do edital, **NÃO MERECENDO PROVIMENTO NESTE ITEM.**

**9.2 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

Item 13.03 do Termo de Referência:

*“Para assegurar a disponibilidade do serviço, a CONTRATADA devesse efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço;”*

Neste ponto, inicialmente o requerente alega que a realização de tais serviços, não traria a proposta mais vantajosa para a Administração.

**Posição do Pregoeiro:** Há que se ponderar que a contratação mais vantajosa para a administração, nem sempre seria aquela de menor preço, mas sim aquela de melhor preço, mas que venha a atender as necessidades da Administração.

Assim, tendo o setor demandante, entendido pela necessidade de se realizar tais testes, tem-se que tal item há de se mantido, pois não há como imaginar que a empresa terceira possa definir a real necessidade da administração.

Portanto, tem-se que a solicitação da empresa neste ponto **NÃO MERECE PROVIMENTO.**

**9.3 – DO ITEM 14 – DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

A empresa questiona a respeito dos serviços de mudança de endereço. Informa possuir o entendimento de que o serviço ocorre apenas ocasionalmente, e que na ocasião poderá haver a cobrança de mudança de endereço e dilação do prazo.

**Posicionamento do Pregoeiro:** Neste ponto temos que os serviços são em questão são ocasionais, e via de regra, quando necessários, refere-se a mudança de endereço de algum das unidades administrativas da UFGD. Temos também, que para a execução dos serviços em questão é necessário que o local em questão possua cobertura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS**

de serviços, pois caso contrário, seria inviável a execução deste, ou seja, ainda que venha a ser requisitada a mudança de endereço, **tal situação ficará condicionada a viabilidade técnica.**

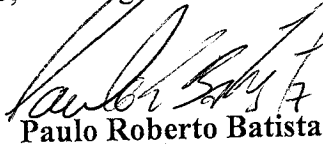
A Instituição não tem a intenção de exigir da contratada que esta seja obrigada a fornecer serviços onde não haja viabilidade técnica para instalação de linhas telefônicas.

Assim, os serviços somente seriam solicitados caso, o novo local já possua cobertura dos serviços telefônicos prestados pela empresa. Contudo, havendo o posicionamento da empresa prestadora de serviços que o novo local não possui disponibilidade, ou seja, não há cobertura dos serviços, os serviços de mudança de localidade não serão executados.

**4 - DA CONCLUSÃO**

Assim ante o requerimento pretendido pelo impugnante temos que o mesmo há de ser considerado **IMPROCEDENTE**, visto que os itens de 1 a 8 já haviam sido objeto de apreciações, ficando a necessidade de reforçar, que as mudanças promovidas no edital, passaram a tratar que não haverá possibilidade de retenção de pagamento em virtude de condições fiscais ou de habilitação da empresa, e que desde que os serviços tenham sido prestados de maneira satisfatória, o direito de receber por estes é líquido e certo para a empresa. Em relação aos demais itens, demonstrou-se tratar de condições técnicas necessárias previstas em edital a critério da unidade técnica da contratante, e que em relação ao prazo de 4 horas previstos para atendimento e reparo, tem como motivação apenas quando de eventuais interrupções totais dos serviços.

Dourados-MS, 24 de agosto de 2015.

  
**Paulo Roberto Batista**

**Pregoeiro**  
***Chefe da Divisão de Licitações***